

## EDITORIAL

# Passos recentes e os próximos na luta pela contratação de docentes

Desde a paralisação de 10/05, a luta por contratação de professores adquiriu uma forma mais nítida. Professores trouxeram informações sobre uma reunião da Comissão de Claros Docentes (CCD) do ano passado. O termo “claro docente” diz respeito à perda de um docente ativo do quadro da instituição em circunstâncias como aposentadoria, falecimento, exoneração ou demissão. A CCD foi organizada para responder a estas perdas, e espera-se geralmente que ela reponha os claros. Contudo, a CCD deliberou que parte dos claros – inicialmente menos de 20%, depois do que metade – seria distribuída às unidades segundo critérios de “mérito acadêmico”. Isto põe as unidades em competição por vagas de docentes e deixa em segundo plano as necessidades dos estudantes e de cada unidade.

Como parte da mesma política, estão não apenas a não contratação de funcionários – como os do HU –, mas também a prenunciada demissão – tal qual com funcionários do Instituto de Oceanografia, que receberam uma notificação de demissão. Contra o argumento da necessidade de corte de gastos, estão 8 bilhões em caixa à espera de serem aplicados, inclusive na contratação e pagamento de docentes e funcionários. Daí infere-se que esse desmonte, não se devendo à falta de recursos, visa a uma futura privatização.

Ao fim daquele ato, o chefe do Gabinete do Reitor fez uma reunião com docentes e diretores do CAELL e ainda prometeu agendar uma nova reunião posteriormente. Mas, a despeito da ingenuidade da direção do CAELL de acreditar que o chefe do gabinete cedeu tão fácil uma reunião por causa dos estudantes, não dos professores, ele nunca mais convidou o CAELL para uma nova reunião. A direção do CAELL usou o fato para convocar os estudantes a participar de uma audiência pública na Alesp, esquecendo-se que, devido à autonomia universitária, a reitoria não é obrigada a abrir edital por pressão parlamentar.

No dia 22/05, houve reunião do Conselho Universitário (CO) e um ato concomitante em frente à reitoria. O CO debatia a implementação de cotas para professores e funcionários administrativos pretos, pardos e indígenas (PPI), e também uma bonificação para PPI. O ato foi convocado tendo como pautas a contratação de professores e as cotas PPI, mas as cotas nitidamente ganharam mais enfoque do que a contratação em si nas falas das correntes. Isso foi uma inversão de prioridades. De nada adianta lutar por cotas sem antes garantir a contratação de mais docentes e funcionários; melhor o risco de ter que contratar docentes brancos que preservarão a estrutura da universidade – racista, inegavelmente – a deixar que o peso de um

racismo muito maior recaia sobre os ombros de um número muito maior de estudantes pretos, pardos e indígenas que podem se ver obrigados a renunciar à sua primeira graduação por falta de docentes. Essa inversão de prioridades apenas desvirtua a luta e concede tempo à reitoria e suas pró-reitorias para que prossigam com o desmonte. Prova cabal disso é que essa reunião do CO acabou por aprovar as cotas – mas apenas para os raríssimos editais abertos de, pelo menos, 3 vagas. Na prática, continuamos sem cotas.

A participação dos professores não é difícil de explicar. Eles têm que se desdobrar para manter os cursos e habilitações nessas circunstâncias. Mas a angústia dos professores não é equiparável à dos estudantes, que correm risco de perder sua graduação ou, no mínimo, adiá-la por um tempo que eles não podem esperar, seja pelas próprias condições socioeconômicas, seja por exigências do mercado de trabalho. Os estudantes são os mais atingidos pela falta de professores; são as necessidades dos estudantes, portanto, que devem definir a contratação de professores. Neste ponto, a compilação de um dossiê do desmonte do curso, como fez o CAELL em abril, com dados das perdas de docentes nos últimos anos, pode servir para se identificar essa necessidade em números, contanto que validada pelas vozes de todo o movimento estudantil, não apenas da direção.

E, por sua natureza, a luta não deve se restringir a um ou outro curso, quando vários sofrem o mesmo problema. O DCE deve imediatamente centralizar esta luta, por meio de uma assembleia geral de estudantes e, quiçá, quando o movimento estiver maduro o bastante, uma assembleia geral dos três setores, convocada pelo DCE, SINTUSP e Adusp, para lutar conjuntamente pela contratação de docentes e funcionários. Ou aproveita-se a disposição de luta do movimento, ou se terá que começar tudo do zero, com o peso da culpa de ter mergulhado os estudantes num lodaçal imobilizador. E nenhuma direção política pode esperar escapar das críticas por sua omissão; assim que a direção do CAELL não pode compactuar com o divisionismo da direção do DCE. O Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) tem seu papel na política universitária, mas, sendo uma arena onde apenas as direções têm voz, não basta para conquistar as contratações de docentes. Decidir um calendário de mobilização no CCA para que seja votado apenas nas assembleias de curso, sem uma assembleia do DCE, é um método burocrático, que organiza o movimento de cima para baixo, sem participação da base, como se dela pedisse apenas anuência, e que enfraquece o movimento ao restringi-lo apenas aos cursos dirigidos por um CA combativo.

***O DCE deve imediatamente centralizar esta luta, por meio de uma assembleia geral de estudantes e, quiçá, quando o movimento estiver maduro o bastante, uma assembleia geral dos três setores, convocada pelo DCE, SINTUSP e Adusp, para lutar conjuntamente pela contratação de docentes e funcionários. Ou aproveita-se a disposição de luta do movimento, ou se terá que começar tudo do zero, com o peso da culpa de ter mergulhado os estudantes num lodaçal imobilizador.***

tações de docentes. Decidir um calendário de mobilização no CCA para que seja votado apenas nas assembleias de curso, sem uma assembleia do DCE, é um método burocrático, que organiza o movimento de cima para baixo, sem participação da base, como se dela pedisse apenas anuência, e que enfraquece o movimento ao restringi-lo apenas aos cursos dirigidos por um CA combativo.



# A POLÍTICA EXCLUDENTE DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL DA REITORIA

***A bolsa permanência não é um “auxílio” – que mais se assemelha a indignas migalhas. Ela é uma medida objetiva necessária para assegurar a permanência na universidade. Todo estudante deveria receber uma bolsa de estudos, garantida pelo Estado, em cumprimento do direito democrático à educação.***

Desde o começo deste ano, há muitos estudantes, de diferentes unidades de ensino, que se queixam das bolsas de permanência. Os motivos são variados: demora na divulgação da lista dos contemplados; obscurecimento nos critérios de seleção; insuficiência no número de bolsas e no valor pago, em razão da alta carestia de vida aos arredores da USP; atraso no pagamento, dentre outros. A PRIP (Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento-USP) informa no site da USP que, até a primeira semana de abril, foram concedidos os seguintes números da bolsa PAPFE (Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil): 9.088 bolsas integrais (no valor de R\$800,00) e 1.508 auxílio parcial (R\$300,00) mais uma vaga na moradia da USP (Crusp). A expectativa da própria PRIP é que o número de bolsistas permanência alcance 15 mil em 2023. Segundo esse mesmo organismo, os recursos destinados a essa função são de R\$188 milhões, aprovados em reunião do Conselho Universitário de dezembro de 2022, montante esse divulgado como sendo o resultado de 58% de aumento.

Tais números parecem expressivos, favorecendo a dita “função social” de uma universidade pública, administrada pela reitoria. No entanto, vejamos o que as estatísticas da PRIP não dizem. Objetivamente, fala-se em 15 mil bolsas, mas temos no momento um total de 10.596. Uma parte delas foi concedida em março e outra em abril, assim, fazendo cálculo simples, o montante gasto no pagamento dessas bolsas até o fim deste ano será de R\$67.535.700,00. Ou seja, a terça parte do montante aprovado em Conselho Universitário. Para onde se destinará os mais de 120 milhões? E os problemas não param por aqui. A reitoria afirma ter aprovado 58% de aumento na verba de permanência estudantil. Mas qual o ano de base de referência? Isso

porque, segundo o Jornal da USP (edição 08/10/2020), os recursos destinados à permanência estudantil de 2016 a 2019 foram os seguintes: ano de 2016 – R\$206 milhões; ano de 2017 – R\$217 milhões; ano de 2018 – R\$215 milhões e ano de 2019 – R\$226 milhões. Como se vê, o aumento não resultou na equiparação ao recurso já antes empregado.

Assim, o dito aumento é na verdade a manutenção da redução dos gastos com permanência estudantil após 2020 – ano da pandemia. Esse fato se mostra ainda mais contestável quando comparado com o orçamento universitário. Em 2019, cujo recurso em permanência foi um dos mais altos, a USP teve por orçamento R\$5,7 bilhões. Em 2023, foi nada menos que a bagatela de R\$8,4 bilhões! É plausível o orçamento da USP aumentar em quase uma vez e meia e os recursos de permanência se manterem num quadro de contingenciamento? Mais ainda! É admissível que, diante de um orçamento bilionário, a universidade destine meros R\$188 milhões com bolsas permanência? Isso quando 54,1% dos ingressantes no vestibular de 2023 vieram de escola pública, o que perfaz um total de 5.714 estudantes, aproximadamente a metade da quantidade de bolsas concedidas esse ano. Ocorre que a concessão não é exclusiva aos calouros, mas a toda a comunidade estudantil, que, somente em 2022, consistia num universo de 97 mil alunos. Na prática, a reitoria pretende destinar 15 mil bolsas permanência a um conjunto de algumas dezenas de milhares de estudantes. A isso a reitoria chama de “política inclusiva”: deixar a esmagadora maioria dos estudantes sem bolsa! Tão “inclusivo” e “democrático” quanto admite o parasitismo de uma casta burocrática corrupta, que usurpa os recursos públicos destinados à universidade.

A bolsa permanência não é um “auxílio” – que mais se assemelha a indignas migalhas. Ela é uma medida objetiva necessária para assegurar a permanência na universidade. Todo estudante deveria receber uma bolsa de estudos, garantida pelo Estado, em cumprimento do direito democrático à educação. Na medida em que a falta de recursos individuais e familiares pelas miseráveis condições de vida para custear a vida universitária torna-se fator impeditivo ao estudo, a evasão é regra aos filhos das famílias proletarizadas. Os confetes que a reitoria joga sobre o ingresso de estudantes de escola pública não passam de estacas da hipocrisia que perfuram e arrebatam a permanência desses estudantes na

universidade. A ideia largamente propagandeada pela burguesia de que a garantia dos estudos depende dos recursos individuais é uma expressão do conteúdo burguês do ensino enquanto um privilégio, que impera e esmaga o caráter universal, portanto, a educação enquanto direito social. Essa hipocrisia é a manifestação ideológica subjetiva das relações objetivas de uma casta burocrática, serva da burguesia e de seus interesses próprios. Tanto uma quanto outra estão em rota de colisão com o caráter público da universidade e com as necessidades genuínas de estudante. Essa casta burocrática transmite para o interior da universidade as relações burguesas de produção que objetivam a mercantilização do ensino, manifestadas pelas privatizações, pelos cursos pagos, pelo uso privado e a segredo de justiça de laboratórios da universidade. Essa casta faz uso privado dos recursos públicos, basta ver os supersalários, que muitas vezes chegam a mais de R\$100 mil por mês, basta também o fato deles serem os proprietários das empresas terceirizadas contratadas pela universidade ou realizarem estudos e pesquisas que beneficiam interesses privados. Uma burocracia que controla a universidade segundo esses interesses jamais será capaz de atender às necessidades estudantis de bolsa permanência. A luta pela bolsa a todos os estudantes passa necessariamente pela luta contra essa casta burocrática corrupta e parasitária. Passa pela luta pelo governo tripartite eleito e revogável pela Assembleia Geral Universitária que imporá a completa autonomia perante a burguesia e seu Estado.

***Que o DCE convoque imediatamente uma assembleia geral dos estudantes para organizar a luta contra a reitoria e sua política de ataque à permanência estudantil.***



Fazemos um chamado a todos os estudantes, funcionários e docentes dispostos a combater a política de conciliação e omissão promovida por suas direções estudantis e sindicais para se organizarem em direção a luta por suas reivindicações, que se dará por meio da constituição de uma direção revolucionária!